

# EDITAL - Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº0007/2021 LICITAÇÃO Nº. 00007/2021

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Órgão Realizador do Certame:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA DE ITAENGA RUA 21 DE ABRIL, № 01 - CENTRO - LAGOA DE ITAENGA - PE.

CEP: 55840-000 - Tel: (81) 3635-2168.

#### Observação:

Certame restrito à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

O Município de Lagoa de Itaenga, Estado de Pernambuco, por meio da Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ 11.464.118/0001-97, doravante denominado simplesmente Município, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, doravante denominada simplesmente Comissão, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e Decreto Municipal nº 027 de 10 de junho de 2020, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital, e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta para: REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS E FARMÁCIA BÁSICA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS POR MEIO ELETRÔNICO:** A partir das 08 horas do dia 22/07/2021 às 08:h59min do dia 04/08/2021.

ABERTURA DAS PROPOSTAS POR MEIO ELETRÔNICO: Às 09h00min do dia 04/08/2021.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h30min do dia 04/08/2021.

LOCAL: Portal de Compras da Bolsa Nacional de Compras - www.bnc.org.br.

## 1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a <u>REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS E FARMÁCIA BÁSICA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.</u>

- 1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

#### 2. DOS RECURSOS ORCAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Lagoa de Itaenga, por meio da Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2021 e serão utilizadas fonte de recursos oriundo da seguinte numeração, na classificação abaixo:

03.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.122.1001.2062.0000 - Atividades Gerais do Fundo Municipal de saúde 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

10.301.1002.2066.0000 - Manutenção das Atividades Gerais do PSF 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

10.301.1006.2073.0000 - Manutenção das Ações de Imunização Humana - Campanha de Vacinação 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

10.302.1010.2076.0000- Manutenção dos Serviços Hospitalares e Ambulatoriais do Município 3.3.90.30.00 - Material de Consumo



#### 3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral na plataforma da Bolsa Nacional de Compras -BNC, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no NA PLATAFORMA DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS BNC deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP Brasil, ou Cadastro de Fornecedores de Pernambuco, www.postais.pe.gov.br, ou Site do Município de Lagoa de Itaenga através do site www.itaenga.pe.gov.br.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Na plataforma da Bolsa Nacional de Compras - BNC e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
  - 3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação
- 3.6. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelos telefones: WhatsApp 41 99136-7677, Curitiba PR 41 3557-2301, ou através da BNC Bolsa Nacional de Compras ou pelo e-mail contato@bnc.org.br

# 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores NA PLATAFORMA DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS BNC ou CADFOR/PE ou Cadastro de fornecedores Municipal de Lagoa de Itaenga.
  - 4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema
  - 4.1.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:
  - 4.1.3 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente nas esferas Federal, Estadual e ou Municipal;
  - 4.1.4 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 4.1.5 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 4.1.6 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
  - 4.1.7 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
  - 4.1.8 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio. O presente edital não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica.
  - 4.1.9 Instituições sem fins lucrativos;
- 4.2. É vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
  - a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
  - b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
  - 4.2.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013);
- 4.3. É vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.



- 4.4. É vedada a contratação de uma mesma empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, esses serviços exigirem a segregação de funções, tais como serviços de execução e de assistência à fiscalização, assegurando a possibilidade de participação de todos licitantes em ambos os itens e seguindose a ordem de adjudicação entre eles (ou itens/grupos) indicada no subitem seguinte;
- 4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às sequintes declarações:
  - 4.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
  - 4.5.2. Em todos os itens para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;
  - 4.5.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
  - 4.5.4. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
  - 4.5.5. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
  - 4.5.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição:
  - 4.5.7. Que a proposta foi elaborada de forma independente.
  - 4.5.8. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - 4.5.9. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até às 08h59min do dia 04/08/2021, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do NA PLATAFORMA DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS BNC, ou CADFOR/PE ou Cadastro de fornecedores Municipal de Lagoa de Itaenga, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

#### 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



- 6.1.1 Valor unitário dos itens e total dos itens:
- 6.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital:
  - 6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementálos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.
  - 6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93.
- 6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:
  - 6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
  - 6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
  - 6.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Município de Lagoa de Itaenga, por meio da Fundo Municipal de Saúde e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

#### 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



- 7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.
  - 7.2.1 TAMBÉM SERÁ DESCLÁSSIFICADA A PROPOSTA QUE IDENTIFIQUE O LICITANTE.
  - 7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  - 7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
   7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,5 (cinco centavos).
- 7.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 7.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de dez minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até cinco minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.12 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
  - 7.12.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.13 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.14 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.15 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 7.16 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Comissão de Licitação do Município de Lagoa de Itaenga-PE, no caso do Pregoeiro sentir dificuldade em da prosseguimento ao certame o mesmo deverá avisar a responsável pela plataforma BNC;
  - 7.16.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 7.17 N\u00e3o ser\u00e3o aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.18 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



- 7.19 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.20 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.21 O critério de julgamento adotado será o menor preço POR ITEM, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.22 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.23 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.24 A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.25 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.26 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.27 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
  - 7.27.1.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
  - 7.27.1.2 prestados por empresas brasileiras;
  - 7.27.1.3 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 7.27.1.4 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.28 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.29 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
  - 7.29.1.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  - 7.29.1.2 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.30 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

#### 8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 8.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.
- 8.3 A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, junto a proposta de preços, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores



readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

- 8.4 A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.
- 8.5 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:
  - 8.5.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
  - 8.5.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;
  - 8.5.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
  - 8.5.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão n. 1455/2018- TCU- Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
    - 8.5.4.1 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
      - 8.5.4.1.1 For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
      - 8.5.4.1.2 Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 8.6 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.7 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 8.8 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
  - 8.8.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata
- 8.9 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo máximo de até 2h (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.9.1 O prazo poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante e formalmente aceita pelo Pregoeiro, formulada antes de findo o prazo.
- 8.9.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.
- 8.10 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 8.11 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;
- 8.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.



- 8.12.1 Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.
- 8.12.2 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes;
- 8.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.14 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.15 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade dela.
- 8.16 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - 9.1.1 NA PLATAFORMA DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS BNC ou CADFOR/PE ou Cadastro dos Fornecedores Municipal de Lagoa de Itaenga;
  - 9.1.2 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas.
  - 9.1.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
    - 9.1.3.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
    - 9.1.3.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
    - 9.1.3.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 9.1.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.1.5 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
  - 9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do NA PLATAFORMA DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - BNC ou Cadastro de fornecedores Municipal de Lagoa de Itaenga, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.
  - 9.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no NA PLATAFORMA DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS BNC ou Cadastro de fornecedores Municipal de Lagoa de Itaenga até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
  - 9.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do NA PLATAFORMA DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS BNC ou Cadastro de fornecedores Municipal de Lagoa de Itaenga para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.



- 9.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, prazo de 2h (máximo de duas horas), sob pena de inabilitação.
- 9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
  - 9.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.7 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

## 9.8 Habilitação jurídica:

- 9.8.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <a href="https://www.portaldoempreendedor.gov.br">www.portaldoempreendedor.gov.br</a>;
- 9.8.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.8.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.8.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País:
- 9.8.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 9.8.8 Certidão simplificada da junta comercial comprovando que a empresa se enquadra como ME ou EPP, ou declaração do administrador da empresa afirmando que a empresa está enquadrada como ME ou EPP acompanhada da opção pelo simples nacional.

# 9.9 Regularidade fiscal e trabalhista:

- 9.9.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso:
- 9.9.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.9.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.9.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT);
- 9.9.5 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



- 9.9.6 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.9.7 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre
- 9.9.8 Licença Sanitária Estadual ou Municipal.

#### 9.10 Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1 Certidão negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 60 (sessenta) dias da data prevista para abertura das propostas. Para as empresas sediadas no Estado de Pernambuco deverá apresentar também Certidão Licitação 1º e 2º Grau emitidas na forma da Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

#### 9.11 Qualificação Técnica:

Os atesto servirão cumulativamente para todos os itens.

- 9.11.1 Atestado de Capacidade Técnica que comprove a execução do fornecimento do objeto licitado ou similar, constantes Termo de Referência.
- 9.11.2 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.
- 9.12 Certificado de Registro de Produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). OS REGISTROS SERÃO ANALISADOS APÓS A FASE DE LANCES DOS VENCEDORES.
- 9.13 Certificado de Regularidade Técnica junto ao Conselho Regional de Farmácia, válido na data do certame (CRT);
- 9.14 Autorização Especial AE emitida pela ANVISA, para fabricantes, importados ou distribuidores de medicamentos sujeitos a controle especial.
- 9.15 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
  - 9.15.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.16 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.17 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.18 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.19 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.20 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.



- 9.20.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.
- 9.21 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

#### 10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no **prazo de 2h (máximo de duas horas)**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
  - 10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
  - 10.1.2 apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;
  - 10.1.3 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
  - 10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
  - 10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

#### 11. DOS RECURSOS

- 11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
  - 11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
  - 11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
  - 11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



#### 12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
  - 12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
  - 12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
  - 12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
  - 12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
  - 12.2.2 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no NA PLATAFORMA DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS BNC ou CADFOR/PE ou Cadastro de fornecedores Municipal de Lagoa de Itaenga sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## 13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1.O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

# 14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Não será exigida a prestação de garantia na presente contratação.

#### 15. DO TERMO DE CONTRATO

- 15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 15.2. O adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
  - 15.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
  - 15.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
  - 15.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
  - 15.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
  - 15.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 15.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.
- 15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao NA PLATAFORMA DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS BNC para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de



abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

- 15.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no NA PLATAFORMA DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - BNC ou CADFOR/PE ou Cadastro de fornecedores Municipal de Lagoa de Itaenga, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 15.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no NA PLATAFORMA DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS BNC ou CADFOR/PE ou Cadastro de fornecedores Municipal de Lagoa de Itaenga, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## 16. DO REAJUSTE EM SENTIDO GERAL

- 16.1. O valor contratual poderá ser reajustado com periodicidade anual, mediante acordo, tomando-se por base o mês de assinatura do respectivo contrato, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua.
- 16.2. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 65, Inciso II, Alínea d, da Lei 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

## 17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 17.1. A comprovação de execução pelo Município do objeto licitado, observadas suas características, se fará mediante recibo ou equivalente emitido por servidor ou comissão específica devidamente designados, após a verificação da quantidade, qualidade e outros aspectos inerentes nos termos deste instrumento, das normas técnicas e legislação pertinentes, e consequente aceitação.
- 17.2. A entrega do referido medicamento será Farmácia da **Unidade Mista Josefa Cavalcanti de Petribu**, Centro de Lagoa de Itaenga.

#### 18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

## **18.1. CONTRATANTE**

- Permitir, sob supervisão, que o pessoal técnico da(s) empresa (s) contratada (s) tenha acesso às informações contempladas por este processo licitatório, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio, das pessoas e das informações.
- Efetuar o pagamento à empresa (s) contratada (s) do certame licitatório dentro dos prazos preestabelecidos neste Termo de Referência.
- Acompanhar e fiscalizar a execução da prestação de serviços, por Representante da Administração, especificamente designado por Portaria, que atestará as Notas Fiscais para fins de pagamento, comprovado o fornecimento de forma correta.
- 4. Notificar a contratada (s), por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação de serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

#### 18.2. CONTRATADA

#### 18.3. DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

- Executar o objeto deste Termo de Referência, cumprindo o prazo, os critérios de qualidade técnica, os serviços descritos no item 05, e os custos discriminados em sua proposta;
- A contratada deverá observar o período de entrega dos serviços e materiais previstos para a realização do referido evento, que o seguinte: 05 (cinco) dias a partir da assinatura do contrato na sede da Fundo Municipal de Saúde de Lagoa de Itaenga-PE;
- c) A contratada deverá fornecer os medicamentos com data de validade não inferior a 12 meses a contar com a data da entrega do produto.



- Apresentar documentação que comprove estar quite com os órgãos de controle e registro previdenciário e fazendário (federal, estadual e municipal);
- e) Apresentar documentação que comprove estar em dia com os órgãos reguladores e de fiscalização das atividades exercidas por ela;
- f) Responsabilizar-se por todos os custos de mão de obra, encargos sociais trabalhistas e previdenciários, tributos, taxas de embarque e quaisquer outros, que incidam sobre a prestação dos serviços a serem executados:
- g) Para consecução dos objetivos propostos, a empresa contratada deverá executar os serviços previstos neste Termo de Referência.

#### 19. DO PAGAMENTO

- 19.1. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional conforme o disposto no instrumento contratual assinado entre as partes e de acordo com os padrões e exigências contidas neste Edital, em até 30 (trinta) dias da apresentação da fatura e/ou nota fiscal, que deverá conter junto à discriminação do item fornecido, número do lote, data de validade, nome do fabricante do produto.
- 19.2. Os acréscimos ou supressões que porventura venham a ocorrer não excederão aos limites estabelecidos no parágrafo 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;
  - 19.3. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução, nos termos do disposto no art. 65, II, "d" da Lei Federal nº. 8.666/93.

## 20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.024, de 2019, o licitante/adjudicatário que:
  - 20.1.1 n\u00e3o assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
  - 20.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
  - 20.1.3 apresentar documentação falsa;
  - 20.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
  - 20.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 20.1.6 não mantiver a proposta;
  - 20.1.7 cometer fraude fiscal;
  - 20.1.8 comportar-se de modo inidôneo;
- 20.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 20.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - 20.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
  - 20.4.2 Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
  - 20.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - 20.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Lagoa de Itaenga, por meio da Fundo Municipal de Saúde e descredenciamento no NA PLATAFORMA DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - BNC, pelo prazo de até cinco anos;
  - 20.4.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.



- 20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização PAR.
- 20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município de Lagoa de Itaenga, por meio da Fundo Municipal de Saúde ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no NA PLATAFORMA DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - BNC ou CADFOR/PE ou Cadastro de fornecedores Municipal de Lagoa de Itaenga
- 20.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## 21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 21.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 21.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 21.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 21.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o mais bem colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.

## 22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: <a href="mailto:comprascpl.itaenga@gmail.com">comprascpl.itaenga@gmail.com</a>.
- 22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.



- 22.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
  - 22.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- 23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico e www.bnc.org.br, e também poderá ser lido e/ou obtido na sala da Comissão de Licitação, localizada na Rua 21 de abril nº 01- Centro Lagoa de Itaenga PE, nos dias úteis, no horário das 07:00 horas às 13:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 23.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
  - 23.12.1 ANEXO I Termo de Referência;
  - 23.12.2 ANEXO II Minuta de Termo de Contrato:
  - 23.12.3 ANEXO III Minuta de Ata de Registro;
  - 23.12.4 ANEXO IV Modelos de Declarações.

Lagoa de Itaenga (PE), 14 de julho de 2021.



#### ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

#### 1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto desta licitação: <u>REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS E FARMÁCIA BÁSICA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE.</u>

#### 2.0.JUSTIFICATIVA

- **2.1.** O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do consumo e utilização prováveis foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente. Salientamos ainda, que os valores estimados foram baseados no banco de preço do ministério da saúde.
  - 2.2.Considerando as necessidades do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, tem o presente termo a finalidade de definir, técnica e adequadamente, os procedimentos necessários para viabilizar a contratação em tela. As características e especificações do objeto ora licitado são:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR UNT.	VLR TOTAL
1	ACICLOVIR 50MG\G 10G	CREME	600	R\$ 1,99	R\$ 1.194,00
2	ACICLOVIR 200MG	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,18	R\$ 1.800,00
3	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG	COMPRIMIDO	177.000	R\$ 0,45	R\$ 79.650,00
4	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 500MG	COMPRIMIDO	30.000	R\$ 0,07	R\$ 2.100,00
5	ÁCIDO FÓLICO 5MG	COMPRIMIDO	180.000	R\$ 0,03	R\$ 5.400,00
6	ALBENDAZOL 40MG\ML 10ML	FRASCO	600	R\$ 0,92	R\$ 552,00
7	ALBENDAZOL 400MG	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,33	R\$ 3.300,00
8	ALENDRONATO DE SÓDIO 10MG	COMPRIMIDO	500	R\$ 0,68	R\$ 340,00
9	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG	COMPRIMIDO	500	R\$ 0,19	R\$ 95,00
10	ALOPURINOL 100MG	COMPRIMIDO	500	R\$ 0,09	R\$ 45,00
11	ALOPURINOL 300MG	COMPRIMIDO	1.000	R\$ 0,20	R\$ 200,00
12	AMIODARONA, CLORIDRATO 200MG	COMPRIMIDO	3.000	R\$ 0,54	R\$ 1.620,00
13	AMOXICILINA 500MG	COMPRIMIDO	25.000	R\$ 0,15	R\$ 3.750,00
14	AMOXICILINA + CLAVULONATO DE POTÁSSIO 50MG\ML + 12,5MG\ML 100ML	SOL. ORAL	1.500	R\$ 9,01	R\$ 13.515,00
15	AMOXICILINA + CLAVULONATO 500MG+ 125 MG	COMPRIMIDO	1.500	R\$ 0,70	R\$ 1.050,00
16	ANLODIPINO, BENSILATO 5MG	COMPRIMIDO	30.000	R\$ 0,03	R\$ 900,00
17	ANLODIPINO, BENSILATO 10MG	COMPRIMIDO	30.000	R\$ 0,07	R\$ 2.100,00
18	ATENOLOL 50MG	COMPRIMIDO	28.000	R\$ 0,05	R\$ 1.400,00
19	ATENOLOL 100MG	COMPRIMIDO	25.000	R\$ 0,07	R\$ 1.750,00
20	AZITROMICINA 500MG	COMPRIMIDO	20.000	R\$ 1,57	R\$ 31.400,00
21	AZITROMICINA 40MG\ML 120ML	FRASCO	1.000	R\$ 6,63	R\$ 6.630,00
22	ACETILCISTEÍNA 20MG\ML XAROPE	FRASCO	500	R\$ 6,51	R\$ 3.255,00
23	ACETILCISTEÍNA 40MG\ML XAROPE	FRASCO	500	R\$ 8,54	R\$ 4.270,00
24	AMBROXOL XAROPE15MG\5ML PEDIÁTRICO	FRASCO	2.000	R\$ 0,64	R\$ 1.280,00
25	AMBROXOL XAROPE 30MG\ML ADULTO	FRASCO	2.000	R\$ 0,36	R\$ 720,00



	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UPÓ PARA SUSPENSÃO				DA 0 = 10 00
26	INJETÁVEL BENZILPENICILINA BENZATINA	F∖A	1.000	R\$ 8,71	R\$ 8.710,00
27	1.200.000 UI PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL	F\A AEROSOL	1.000	R\$ 8,36	R\$ 8.360,00
28	BUDESONIDA 32MCG FRS 120DOSES	NASAL	500	R\$ 7,86	R\$ 3.930,00
29	BUDESONIDA 50MCG 120DOSES	AEROSOL NASAL	500	R\$ 14,66	R\$ 7.330,00
30	BUDESONIDA 64MCG 120DOSES	AEROSOL NASAL	500	R\$ 10,52	R\$ 5.260,00
31	CAPTOPRIL 25MG	COMPRIMIDO	220.000	R\$ 0,03	R\$ 6.600,00
32	CARBONATO DE CÁLCIO + CALCIFEROL 500MG DE CÁLCIO + 200UI	COMPRIMIDO	3.000	R\$ 0,14	R\$ 420,00
32	CARBONATO DE CÁLCIO +	COMPRIMIDO	3.000	ΚΦ 0,14	Νφ 420,00
33	CALCIFEROL 600MG DE CÁLCIO + 400UI	COMPRIMIDO	3.000	R\$ 0,10	R\$ 300,00
34	CEFALEXINA 500 MG CÁPSULA OU COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	12.000	R\$ 0,28	R\$ 3.360,00
35	CEFALEXINA 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 60ML	FRASCO	3.000	R\$ 6,55	R\$ 19.650,00
36	CARVEDILOL 6,25MG	COMPRIMIDO	3.000	R\$ 0,10	R\$ 300,00
37	CARVEDILOL 3,125MG	COMPRIMIDO	30.000	R\$ 0,08	R\$ 2.400,00
38	CIPROFLOXACINO 500MG DEXAMETASONA 1 MG/G (0.1%)	COMPRIMIDO	20.000	R\$ 0,21	R\$ 4.200,00
39	CREME 10G	POMADA	4.000	R\$ 6,85	R\$ 27.400,00
40	DEXAMETASONA 0,1 MG/ML ELIXIR 10ML	FRASCO	1.000	R\$ 1,74	R\$ 1.740,00
41	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO 0,4 MG/ML 100ML	XAROPE	2.000	R\$ 0,66	R\$ 1.320,00
42	DIPIRONA 500MG	COMPRIMIDO	20.000	R\$ 0,11	R\$ 2.200,00
43	DIPIRONA 500MG\ML	FRASCO	2.000	R\$ 0,71	R\$ 1.420,00
44	ESPIROLACTONA 25MG	COMPRIMIDO	1.000	R\$ 0,13	R\$ 130,00
45	ENALAPRIL MALEATO 5 MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	20.000	R\$ 0,06	R\$ 1.200,00
46	ENALAPRIL MALEATO 10 MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	20.000	R\$ 0,03	R\$ 600,00
47	ENALAPRIL MALEATO 20 MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	20.000	R\$ 0,04	R\$ 800,00
48	FUROSEMIDA 40MG	COMPRIMIDO	80.000	R\$ 0,05	R\$ 4.000,00
49	FLUCONAZOL 150 MG CÁPSULA	CÁPSULA	8.000	R\$ 0,37	R\$ 2.960,00
50	GLIBENCLAMIDA 5MG	COMPRIMIDO	200.000	R\$ 0,02	R\$ 4.000,00
51	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5MG\ML	COMPRIMIDO	250.000	R\$ 0,03	R\$ 7.500,00
52	100ML	XAROPE	10.000	R\$ 2,43	R\$ 24.300,00
53	IBUPROFENO 300MG	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,16	R\$ 1.600,00
54	IBUPROFENO 600MG INSULINA HUMANA NHP 100UI\ML	COMPRIMIDO	12.000	R\$ 0,16	R\$ 1.920,00
55	10ML	FRASCO	500	R\$ 20,21	R\$ 10.105,00
56	INSULINA HUMANA REGULAR 100UI\ML	FRASCO	300	R\$ 19,69	R\$ 5.907,00
57	IPRATRÓPIO, BROMETO 0,02MG\DOSE	FRASCO	3.750	R\$ 21,09	R\$ 79.087,50
58	ISOSSORBIDA 20MG	COMPRIMIDO	6.000	R\$ 0,22	R\$ 1.320,00
59	ISOSSORBIDA 40MG	COMPRIMIDO	5.000	R\$ 0,10	R\$ 500,00
60	IVERMECTINA 6MG LEVODOPA + CARBIDOPA 200MG +	COMPRIMIDO	6.000	R\$ 1,11	R\$ 6.660,00
61	50MG  LEVODOPA + CARBIDOPA 250MG +	COMPRIMIDO	4.000	R\$ 0,87	R\$ 3.480,00
62	25MG	COMPRIMIDO	4.000	R\$ 0,71	R\$ 2.840,00
63	LEVORNOGESTREL 0,75MG	COMPRIMIDO	2.000	R\$ 1,86	R\$ 3.720,00
64	LEVORNOGESTREL 1,5MG	COMPRIMIDO	2.000	R\$ 2,17	R\$ 4.340,00



65	LORATADINA 10MG	COMPRIMIDO	30.000	R\$ 0,08	R\$ 2.400,00
66	LORATADINA 1MG\ML	XAROPE	3.000	R\$ 2,20	R\$ 6.600,00
67	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG	COMPRIMIDO	200.000	R\$ 0,07	R\$ 14.000,00
68	METFORMINA, CLORIDRATO 500MG	COMPRIMIDO	100.000	R\$ 0,07	R\$ 7.000,00
69	METFORMINA, CLORIDRATO 850MG	COMPRIMIDO	200.000	R\$ 0,07	R\$ 14.000,00
70	METILDOPA 250MG	COMPRIMIDO	1.000	R\$ 0,39	R\$ 390,00
71	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 4MG\ML 10ML	FRASCO	3.000	R\$ 1,04	R\$ 3.120,00
72	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 10MG	COMPRIMIDO	2.000	R\$ 0,14	R\$ 280,00
73	METRONIDAZOL 100MG\ML (10%) 50G	CREME VAGINAL	2.000	R\$ 5,01	R\$ 10.020,00
74	METRONIDAZOL 250MG	COMPRIMIDO	2.000	R\$ 0,11	R\$ 220,00
75	METRONIDAZOL 400MG	COMPRIMIDO	1.000	R\$ 0,31	R\$ 310,00
		CREME			
76	MICONAZOL, NITRATO 2%	VAGINAL	2.000	R\$ 5,11	R\$ 10.220,00
77	NIFEDIPINO 10MG	COMPRIMIDO	1.000	R\$ 0,06	R\$ 60,00
78	NIMESULIDA 100MG	COMPRIMIDO	20.000	R\$ 0,05	R\$ 1.000,00
79	NORETISTERONA 0,35MG	COMPRIMIDO	1.000	R\$ 1,48	R\$ 1.480,00
80	NISTATINA 100.000 UI/ML	SUSP. ORAL	2.000	R\$ 3,81	R\$ 7.620,00
81	OMEPRAZOL 20MG	COMPRIMIDO	20.000	R\$ 0,07	R\$ 1.400,00
82	PARACETAMOL 500MG	COMPRIMIDO	25.000	R\$ 0,07	R\$ 1.750,00
83	PARACETAMOL 200MG ML	FRASCO	2.000	R\$ 1,15	R\$ 2.300,00
84	PERMETRINA 1% 10MG\G	LOÇÃO	100	R\$ 1,44	R\$ 144,00
85	PERMETRINA 5% 50MG\ML	SOL. ORAL	2.000	R\$ 1,88	R\$ 3.760,00
86	PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO 4,02MG\ML(EQUIVALE 3MG\ML)	SOL. ORAL	4.000	R\$ 1,96	R\$ 7.840,00
87	PREDNISONA 5MG	COMPRIMIDO	20.000	R\$ 0,07	R\$ 1.400,00
88	PREDNISONA 20MG	COMPRIMIDO	20.000	R\$ 0,16	R\$ 3.200,00
89	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25MG	COMPRIMIDO	100.000	R\$ 0,10	R\$ 10.000,00
90	PROPANOLOL, CLORIDRATO 40MG	COMPRIMIDO	130.000	R\$ 0,03	R\$ 3.900,00
91	RANITIDINA, CLORIDRATO 150MG	COMPRIMIDO	7.000	R\$ 0,17	R\$ 1.190,00
92	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL	SACHÊ	3.000	R\$ 0,48	R\$ 1.440,00
93	SALBUTAMOL, SULFATO 6MG\ML (EQUIVALE 5MG\ML)	SOL. INALANTE	1.000	R\$ 10,72	R\$ 10.720,00
94	SALBUTAMOL, SULFATO 120,00MCG (EQUIVALE 100MG\DOSE)	AEROSOL ORAL	3.000	R\$ 7,87	R\$ 23.610,00
95	SINVASTATINA 10MG			R\$ 0.06	
	SINVASTATINA 10MG	COMPRIMIDO	6.000		R\$ 360,00
96			5.000	R\$ 0,06	R\$ 300,00
97 98	SINVASTATINA 40MG SULFADIAZINA DE PRATA 10MG\G (1%)	POTE	3.000	R\$ 0,11 R\$ 31,45	R\$ 330,00 R\$ 12.580,00
99	SULFAMETAXAZOL+TRIMETROPRIMA 40MG+8MG\ML	FRASCO	600	R\$ 2,36	R\$ 1.416,00
100	SULFAMETAXAZOL+TRIMETROPRIMA 400MG+80MG	COMPRIMIDO	8.000	R\$ 0,11	R\$ 880,00
101	SULFATO FERROSO 10MG\ML	XAROPE	2.000	R\$ 1,32	R\$ 2.640,00
102	SULFATO FERROSO 5MG\ML	XAROPE	4.000	R\$ 1,09	R\$ 4.360,00
102	SULFATO FERROSO 40MG	COMPRIMIDO	200.000	R\$ 0,03	R\$ 6.000,00
		SOL.			·
104	TIMOLOL, MALEATO 2,5MG\ML (0,25%)	OFTÁLMICA SOL.	40	R\$ 4,88	R\$ 195,20
105	TIMOLOL, MALEATO 5MG\ML (0,5%)	OFTÁLMICA	40	R\$ 0,30	R\$ 12,00
106	VITAMINA C COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	3.000	R\$ 0,12	R\$ 360,00
107	VITAMINA C GOTAS	GOTAS	1000	R\$ 1,28	R\$ 1.280,00



108	ÁCIDO ASCÓRBICO, DOSAGEM:100 MG/ML, TIPO USO:INJETÁVEL	AMP 5. ML	5000	R\$ 0,68	R\$ 3.400,00
109	ÁCIDO TRANEXÂMICO, DOSAGEM:50 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP 5. ML	2000	R\$ 3,54	R\$ 7.080,00
109	ADENOSINA, DOSAGEM:3 MG/ML,			Κφ 3,34	Κφ 7.000,00
110	INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL ÁGUA DESTILADA, ASPECTO	AMPL 2 ML	200	R\$ 9,49	R\$ 1.898,00
111	FÍSICO:ESTÉRIL E APIROGÊNICA  ÁGUA DESTILADA, ASPECTO	AMP 10 ML	10000	R\$ 0,23	R\$ 2.300,00
112	FÍSICO:ESTÉRIL E APIROGÊNICA, TIPO EMBALAGEM:EM SISTEMA FECHADO  AMINOFILINA, DOSAGEM:24 MG/ML,	FRASCO 500	500	R\$ 0,27	R\$ 135,00
113	FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP 10 ML	2000	R\$ 1,10	R\$ 2.200,00
114	AMIODARONA, DOSAGEM:50MG/ML, INDICAÇÃO:INJETÁVEL	AMP 3 ML	1800	R\$ 1,86	R\$ 3.348,00
115	ATROPINA SULFATO, DOSAGEM:0,25 MG/ML, USO:SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP 1 ML	1000	R\$ 0,56	R\$ 560,00
116	BENZILPENICILINA, APRESENTAÇÃO:BENZATINA, DOSAGEM:600.000UI, USO:INJETÁVEL	FRASCO-AMP	3000	R\$ 8,72	R\$ 26.160,00
447	BENZILPENICILINA, APRESENTAÇÃO:BENZATINA, DOSAGEM:1.200.000UI,	FRASCO-AMP	3000	D¢ 0.25	D¢ 25 050 00
117	USO:INJETÁVEL  BICARBONATO DE SÓDIO, DOSAGEM:10%, USO:SOLUÇÃO	AMP	800	R\$ 8,35	R\$ 25.050,00
118	INJETÁVEL  BROMOPRIDA, DOSAGEM:5 MG/ML,	AMP 2 ML	3000	R\$ 0,78	R\$ 624,00
119	APRESENTAÇÃO:INJETÁVEL BUPIVACAÍNA CLORIDRATO,	7		R\$ 1,66	R\$ 4.980,00
120	PUREZA:0,5%, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP 20,0 M	100	R\$ 3,00	R\$ 300,00
121	CEFALOTINA SÓDICA, 1 G, INJETÁVEL	FRASCO-AMP	1200	R\$ 8,90	R\$ 10.680,00
122	CEFTRIAXONA SÓDICA, CONCENTRAÇÃO:1 G, FORMA FARMACEUTICA:PÓ P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRASCO-AMP	2000	R\$ 8,60	R\$ 17.200,00
123	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, DOSAGEM:2 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL	BOLSA 100	500	R\$ 23,79	R\$ 11.895,00
124	CLONIDINA CLORIDRATO, CONCENTRAÇAO:0,15 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA:SOLUCÃO INJETÁVEL	AMP 1 ML	300	R\$ 7,34	R\$ 2.202,00
125	CLORETO DE POTÁSSIO, DOSAGEM:19,1%, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRASCO 10	800	R\$ 0,28	R\$ 224,00
126	DESLANÓSIDO, DOSAGEM:0,2 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP 2 ML	1600	R\$ 1,65	R\$ 2.640,00
127	DEXAMETASONA, CONCENTRAÇÃO:2 MG/ML, FÓRMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP 1 ML	8000	R\$ 0,98	R\$ 7.840,00
128	DEXAMETASONA, DOSAGEM:4 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP 2,50 M	12.000	R\$ 0,85	R\$ 10.200,00
129	DICLOFENACO, APRESENTAÇÃO:SAL POTÁSSICO, DOSAGEM:25MG/ML, USO:SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP 3 ML	1200	R\$ 0,72	R\$ 864,00
130	DICLOFENÁCO, APRESENTAÇÃO:SAL SÓDICO, DOSAGEM:25MG/ML, USO:SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP 3ML	18000	R\$ 0,68	R\$ 12.240,00
	DIMENIDRINATO, APRESENTAÇÃO:ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, DOSAGEM:50MG + 50MG/ML, TIPO	AMP 1 ML	4000		
131	MEDICAMENTO:SOLUÇÃO INJETÁVEL DIPIRONA SÓDICA, DOSAGEM:500 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO	AMP 2 ML	20.000	R\$ 1,40	R\$ 5.600,00
132	INJETÁVEL			R\$ 0,54	R\$ 10.800,00



	DOBUTAMINA CLORIDRATO,				
133	DOSAGEM:12,5 MG/ML, INDICAÇÃO:INJETÁVEL	AMP 20,0 M	120	R\$ 7,37	R\$ 884,40
134	DOPAMINA, DOSAGEM:5 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP 10 ML	800	R\$ 1,59	R\$ 1.272,00
135	EPINEFRINA, DOSAGEM:1MG/ML, USO:SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP 1 ML	2800	R\$ 1,83	R\$ 5.124,00
133	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, DOSAGEM:20 MG/ML,	AMP 1 ML	13000	ΙζΨ 1,00	Νψ Ο. 124,00
136	INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL  ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO,	AWII T WIL	10000	R\$ 1,91	R\$ 24.830,00
137	APRESENTAÇÃO:ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA, DOSAGEM:4MG + 500MG/ML, INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁ	AMP 5 ML	10000	R\$ 1,88	R\$ 18.800,00
138	ETILEFRINA CLORIDRATO, COMPOSIÇÃO:10MG/ML, APRESENTAÇÃO:INJETÁVEL	AMP 1 ML	2800	R\$ 1,34	R\$ 3.752,00
139	FITOMENADIÓNA, DOSAGEM:10 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP 1 ML	1600	R\$ 1,37	R\$ 2.192,00
	FUROSEMIDA, COMPOSIÇÃO:10 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO	AMP 2 ML	7000		
140	INJETÁVEL GENTAMICINA, DOSAGEM:40 MG/ML, APLICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP 1 ML	1000	R\$ 0,50 R\$ 0,80	R\$ 3.500,00 R\$ 800,00
142	GENTAMICINA, DOSAGEM:80 MG/ML, APLICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP 2 ML	800	R\$ 0,89	R\$ 712,00
142	GLICONATO DE CÁLCIO, DOSAGEM:10%,	AMP 10 ML	800	ΚΦ 0,09	<b>Κ</b> Φ 7 12,00
143	APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMI TO ME	000	R\$ 2,60	R\$ 2.080,00
144	GLICOSE, CONCENTRAÇÃO:25%, INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP 10 ML	2000	R\$ 0,27	R\$ 540,00
145	GLICOSE, CONCENTRAÇAO:50%, FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERISTICA ADICIONAL:SISTEMA FECHADO	FRASCO 100	2000	R\$ 2,58	R\$ 5.160,00
146	HEPARINA SÓDICA, DOSAGEM:5.000UI/ML, INDICAÇÃO:INJETÁVEL	FRASCO 5 M	500	R\$ 18,77	R\$ 9.385,00
147	HIDROĆORTISONA, PRINCÍPIO ATIVO:100MG, APRESENTAÇÃO:INJETÁVEL	FRASCO-AMP	2000	R\$ 2,70	R\$ 5.400,00
148	HIDROCORTISONA, PRINCÍPIO ATIVO:500MG, APRESENTAÇÃO:INJETÁVEL	FRASCO-AMP	2500	R\$ 5,16	R\$ 12.900,00
149	IMUNOGLOBÚLINA HUMANA, TIPO:ANTI RHO(D), DOSAGEM:300 MCG, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRASCO 2 M	120	R\$ 256,17	R\$ 30.740,40
150	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM:2%, APRESENTAÇÃO:INJETÁVEL	AMP 5 ML	1000	R\$ 2,94	R\$ 2.940,00
	MANITOL, DOSAGEM:20%, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICAS	FRASCO 250	200		
151	ADICIONAIS:SISTEMA FECHADO  METILERGOMETRINA MALEATO,			R\$ 4,05	R\$ 810,00
152	DOSAGEM:0,2 MG/ML, INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP 1 ML	1600	R\$ 1,70	R\$ 2.720,00
153	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, DOSAGEM:5 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP 2 ML	3000	R\$ 0,45	R\$ 1.350,00
	NITROPRUSSETO DE SÓDIO, DOSAGEM:50 MG, TIPO MEDICAMENTO:INJETÁVEL	AMP 2 ML	200	R\$ 11,43	R\$ 1.350,00
154	NOREPINEFRINA, CONCENTRAÇÃO:2 MG/ML, FORMA	AMP 4 ML	120		
155	FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL OCITOCINA, DOSAGEM:5 UI/ML,	AMP 1 ML	800	R\$ 5,46	R\$ 655,20
156 157	INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL OMEPRAZOL, CONCENTRAÇÃO:40 MG, USO:INJETÁVEL	FRASCO-AMP	3000	R\$ 1,49 R\$ 18,45	R\$ 1.192,00 R\$ 55.350,00
10/	USO.INULTAVEL		<u> </u>	NØ 10,40	N.JOC.300,00



	ONDANSETRONA CLORIDRATO,		I	1	1
	DOSAGEM:2 CLORIDRATO, MG/ML,	AMP 2 ML	1000		
158	INDICAÇÃO:INJETÁVEL	AIVII Z IVIL	1000	R\$ 1,22	R\$ 1.220,00
130	PIRACETAM, CONCENTRAÇÃO:200			Τ(ψ 1,22	Τψ 1.220,00
	MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO	AMP 5 ML	200		
159	INJETÁVEL	711111 0 1112	200	R\$ 3,32	R\$ 664,00
100	PROMETAZINA CLORIDRATO,			1.ψ 0,02	114 00 1,00
	DOSAGEM:25 MG/ML,				
	APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO	AMP 2 ML	5000		
160	INJETÁVEL			R\$ 1,91	R\$ 9.550,00
	RANITIDINA CLORIDRATO,			1.0 1,01	1.4 0.000,00
	DOSAGEM:25 MG/ML, TIPO:SOLUÇÃO	AMP 2 ML	3900		
161	INJETÁVEL			R\$ 0,85	R\$ 3.315,00
	RINGER, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADO			1 7 7 7	, ,
	COM LACTATO DE SÓDIO, FORMA				
	FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO	FRASCO 500	7000		
	INJETÁVEL, CÁRACTERÍSTICA				
162	ADICIONAL:SISTEMA FECHADO			R\$ 2,74	R\$ 19.180,00
	SULFATO DE MAGNÉSIO,				
	CONCENTRAÇÃO:10%, USO:SOLUÇÃO	AMP 10 ML	400		
163	INJETÁVEL			R\$ 1,00	R\$ 400,00
	SULFATO DE MAGNÉSIO,				
	CONCENTRAÇÃO:50%, USO:SOLUÇÃO	AMP 10 ML	400		
164	INJETÁVEL			R\$ 5,94	R\$ 2.376,00
	VITAMINAS DO COMPLEXO B,				
	COMPOSIÇÃO BÁSICA:VITAMINAS:	AMP 2 ML	3000		
	B1,B2,B6,B12 E PP, USO:SOLUÇÃO	AIVII Z IVIL	3000		
165	INJETÁVEL			R\$ 0,89	R\$ 2.670,00
	VITELINATO DE PRATA,				
400	CONCENTRAÇÃO:10%,	FRASCO 5 M	20	D# 44 40	D# 000 00
166	INDICAÇÃO:SÓLUÇÃO OFTÁLMICA			R\$ 11,49	R\$ 229,80
407	POLIVITAMÍNICO/POLIMINERAIS/POLIA	VIDRO	6000	D¢ 44 50	D# 00 000 00
167	MINOÁCIDOS COM 100 ML			R\$ 11,50	R\$ 69.000,00
	GLICEROL, DOSAGEM:95%, APRESENTAÇÃO:SUPOSITÓRIO	SUPOSITORI	120		
168	ADULTO	SUPUSITURI	120	R\$ 1,28	R\$ 153,60
100	CETOPROFENO, CONCENTRAÇÃO:50			Κφ 1,20	Κφ 155,00
	MG/ML, FORMA	FRASCO- AM	3000		
169	FARMACEUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL	TIVACCO AW	3000	R\$ 1,44	R\$ 4.320,00
100	CETOPROFENO, CONCENTRAÇÃO:100			1(ψ 1,++	1(ψ 4.020,00
	MG, FORMA FARMACEUTICA:PÓ	FRASCO-AMP	3500		
170	LIÓFILO P/ INJETÁVEL		3333	R\$ 2,93	R\$ 10.255,00
	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO,			1.0 2,00	114 101200,00
1	DOSAGEM:2 MG/ML,	DOI 04 000	500	1	
	APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO	BOLSA 200	500		
171	INJETÁVEL			R\$ 23,79	R\$ 11.895,00
	CLORETO DE SÓDIO, CONCENTRADO	CALVA COM	10000		·
172	A 0,9% SISTEMA FECHADO 100 ML	CAIXA COM	10000	R\$ 2,04	R\$ 20.400,00
	CLORETO DE SÓDIO, CONCENTRADO	CAIXA COM	6000		
173	A 0,9% SISTEMA FECHADO 250 ML	ONIAN COIVI	0000	R\$ 2,04	R\$ 12.240,00
	CLORETO DE SÓDIO, CONCENTRADO	CAIXA COM	13000		
174	A 0,9% SISTEMA FECHADO 500 ML	C C ( COIII		R\$ 2,40	R\$ 31.200,00
	GLICOSE, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADA			1	
	AO CLORETO DE SÓDIO,			1	
1	CONCENTRAÇÃO:5% + 0,9%, FORMA	FRASCO DE	11000	1	
1	FARMACEUTICA:SOLUÇÃO			1	
175	INJETÁVEL, CARACTERISTICA			D¢ 2 42	D¢ 34 420 00
175	ADICIONAL:SISTEMA FECHADO			R\$ 3,13	R\$ 34.430,00
	FITOMENADIONA, DOSAGEM:10 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO	AMP 1,0 ml	400	1	
176	INJETÁVEL	AIVIF 1,0 IIII	400	R\$ 1,37	R\$ 548,00
170	IINOL IAVEL			1.φ 1,57	114 540,00

VALOR TOTAL: **R\$** R 1.222.114,10 (hum milhão duzentos e vinte e dois cento e quatorze reais e dez centavos)

# 3.0.OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

3.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.



- 3.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento.
- 3.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.
- 3.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.
- 3.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação, que deverá conter junto à discriminação do item fornecido, número do lote, data de validade, nome do fabricante do produto.
- 3.6 A contratada deverá fornecer os medicamentos com data de validade não inferior a 12 meses a contar com a data da entrega do produto.
- 3.7. Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

#### 4.0.DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

- 4.1. Havendo proposta com valor unitário superior ao estimado pelo ORC ou manifestamente inexequível nos termos do Art. 48, II, da Lei 8.666/93, o mesmo será desconsiderado. Esta ocorrência não desclassifica automaticamente a proposta, quando for o caso, apenas o item correspondente, relacionado neste anexo, na coluna código.
- 4.2.O valor estimado que o ORC se propõe a pagar pelo objeto ora licitado Valor de Referência -, está acima indicado.
- 4.3.Os lances verbais serão efetuados em unidade monetária nacional.

## 5.0 DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1 A fiscal do contrato ocorrerá pela Farmacêutica Amanda Conceição de Lima Gestora de Contrato de Assistência Farmacêutica.

#### 6.0 MODELO DA PROPOSTA

5.1.É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta de preços correspondente, podendo o licitante apresentar a sua proposta no próprio modelo fornecido, desde que seja devidamente preenchido, conforme faculta o instrumento convocatório - Anexo 01.

Amanda Conceição de Lima Gestora de Contrato de Assistência Farmacêutica



# ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00007/2021

P	R	റ	P	റ	S.	Т	Δ

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00007/2021

OBJETO: <u>REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS E FARMÁCIA BÁSICA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE.</u>

PROPONENTE:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	Aciclovir 50mg\g 10G	CREME	600		
2	Aciclovir 200mg	COMPRIMIDO	10000		
3	Ácido Acetilsalicílico 100mg	COMPRIMIDO	165000		
4	Ácido Acetilsalicílico 500mg	COMPRIMIDO	30000		
5	Ácido Fólico 5mg	COMPRIMIDO	180000		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA - R\$			
PRAZO - Item 5.0: PAGAMENTO - Item 18.0: VALIDADE DA PROPOSTA - Item 8.0:			
	 /	_de	de
		Responsável	
CNPJ			



# ANEXO II MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº/2021 - C	PL
----------------------	----

TERM	O DE (	CONTRA	TO DE	PREST.	AÇÃO	DE	SERV	IÇOS,	QUE
FAZE	M ENTF	RE SI O I	MUNICÍF	PIO DE	LAGO	A DE	E ITA	ENGA,	POR
MEIO	DA FUI	NDO MUN	<b>NICIPAL</b>	DE SA	ÚDE, I	POR	INTE	RMÉDÍ	OD C
(A)						Ε	Α	<b>EMPF</b>	RESA

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a <u>REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS E FARMÁCIA BÁSICA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE.</u>

- 1.1. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.2. Objeto da contratação:

DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VL UNI	VL TOTAL

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O	prazo	de	vigencia	deste	Lermo	de	Contrato	ė	aquele	fixado	no	Edital,	com	inicio	na	data	de
	//.		e encerra	mento	em	/	/	,	e somer	ite pode	rá se	er prorro	ogado	nos ter	mos	do art	igo
57, § 1	o, da Le	ei n.	8.666, de	1993.													

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

- 3.1 O valor total da contratação é de R\$..... (....)
- 3.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

# 4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Lagoa de Itaenga, por meio da Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2020 e serão utilizadas fonte de recursos oriundo do seguintes números:



03.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.122.1001.2062.0000 - Atividades Gerais do Fundo Municipal de saúde 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

10.301.1002.2066.0000 - Manutenção das Atividades Gerais do PSF 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

10.301.1006.2073.0000 - Manutenção das Ações de Imunização Humana - Campanha de Vacinação 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

10.302.1010.2076.0000- Manutenção dos Serviços Hospitalares e Ambulatoriais do Município 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional conforme o disposto no instrumento contratual assinado entre as partes e de acordo com os padrões e exigências contidas neste Edital, em até 30 (trinta) dias da apresentação da fatura e/ou nota fiscal.
- 5.2. Os acréscimos ou supressões que porventura venham a ocorrer não excederão aos limites estabelecidos no parágrafo 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 5.3. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução, nos termos do disposto no art. 65, II, "d" da Lei Federal nº. 8.666/93.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

- 6.1.O valor contratual poderá ser reajustado com periodicidade anual, mediante acordo, tomando-se por base o mês de assinatura do respectivo contrato, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua.
- 6.2.Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 65, Inciso II, Alínea d, da Lei 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA - REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

#### 9.1. CONTRATANTE

- 9.1.1. Permitir, sob supervisão, que o pessoal técnico da(s) empresa (s) contratada (s) tenha acesso às informações contempladas por este processo licitatório, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio, das pessoas e das informações.
- 9.1.2. Efetuar o pagamento à empresa (s) contratada (s) do certame licitatório dentro dos prazos preestabelecidos neste Termo de Referência.
- 9.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução da prestação de serviços, por Representante da Administração, especificamente designado por Portaria, que atestará as Notas Fiscais para fins de pagamento, comprovado o fornecimento de forma correta.
- 9.1.4. Notificar a contratada (s), por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação de serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

## 9.2. CONTRATADA



- 9.3.1. Executar o objeto deste contrato, cumprindo o prazo, os critérios de qualidade técnica, os serviços descritos no item 05, e os custos discriminados em sua proposta;
- 9.3.2. A contratada deverá observar o período de entrega dos serviços e materiais previstos para a realização do referido evento, que o seguinte: 05 (cinco) dias a partir da assinatura do contrato na sede da Fundo Municipal de Saúde de Lagoa de Itaenga-PE;
- 9.3.3. Apresentar documentação que comprove estar quite com os órgãos de controle e registro previdenciário e fazendário (federal, estadual e municipal);
- 9.3.4. Apresentar documentação que comprove estar em dia com os órgãos reguladores e de fiscalização das atividades exercidas pela mesma;
- 9.3.5. Para consecução dos objetivos propostos, a empresa contratada deverá executar os serviços previstos neste Termo de Referência.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

# 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO:

- 11.1. Durante a vigência do contrato, sua execução será acompanhada e fiscalizada pela Farmacêutica Amanda Conceição de Lima, e todas as informações solicitadas devem ser atendidas no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após o recebimento da solicitação;
- 11.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores, no prazo do item anterior, visando à adoção das medidas necessárias;
- 11.3. Competirá ao servidor designado pelo órgão contratante acompanhar, fiscalizar e verificar a conformidade dos serviços executados.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO:

## 12.1. Compete AO FISCAL DO CONTRATO:

- I. Responsabilização pela vigilância e garantia da regularidade e adequação das peças e serviços;
- II. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto da administração contratante quanto da contratada.
- III. Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada, com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato.
- IV. Disponibilizar toda a informação necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos.
- V. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas etc.
- VI. Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- VII. Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital da licitação ou respectivo contrato ou ordem de serviços/fornecimento, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- VIII. Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela empresa;
  - IX. Deverá indicar um preposto, pessoa física, que deverá receber escopo de trabalho detalhado;
  - X. Comunicar formalmente ao Gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

#### 12.2. Compete ao GESTOR DO CONTRATO:

- 1. Aplicar advertência à Contratada e encaminhar para conhecimento da autoridade competente;
- Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabíveis, garantindo a defesa prévia à Contratada;
- III. Emitir avaliação da qualidade do serviço;



- IV. Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- V. Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato;
- Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais;
- VII. Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- VIII. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- IX. Terá como fiscal do contrato a Farmacêutica Sra. Amanda Conceição de Lima será Gestora do Contrato de Assistência Farmacêutica

#### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

- 14.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, a licitante ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Lagoa de Itaenga e será descredenciada no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:
  - a) Apresentar documentação falsa;
  - b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - c) Falhar na execução do contrato;
  - d) Comportar-se de modo inidôneo;
  - e) Deixar de entregar documentação exigida no contrato/Ata de registro de preços;
  - f) Cometer fraude fiscal;
  - g) Fizer declaração falsa;
  - h) Deixar de cumprir as obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias.
  - i) O retardamento da execução previsto no Termo de Referência, estará configurado quando a CONTRATADA:
  - j) Deixar de iniciar, sem causa justificada e aceita pela administração, a execução do contrato, após 30 (trinta) dias, contados da data constante na ordem de serviço ou fornecimento;
  - k) Deixar de realizar, sem causa justificada e aceita pela administração, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados dentro do prazo de execução do contrato e quando verificado prejuízo para a Administração.
- 14.2. Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do contrato, o valor relativo às multas aplicadas.
- 14.3 A multas estabelecidas neste contrato podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente com sanções, sem prejuízo e perda e danos cabíveis.
- 14.4. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade -
- 14.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.6. A critério da autoridade competente, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao contratado, inclusive antes da execução da garantia contratual eventualmente exigida, quando esta não for prestada sob a forma de caução em dinheiro;
- 14.7. Caso o valor a ser pago ao contratado seja insuficiente para satisfação da multa, a diferença será descontada da garantia contratual eventualmente exigida;
- 14.8. A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93: a advertência; b multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93 e na Lei 10.520/02.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VEDAÇÕES

- 15.1. É vedado à CONTRATADA:
- 15.2. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 15.3. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.



- 16.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

# 18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município de Lagoa de Itaenga e Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Lagoa de Itaenga.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 04(quatro) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

partes e por duas testemunnas.	Lagoa de Itaenga - PE, de de 2021.
TESTEMUNHAS	PELO CONTRATANTE
	FLAVIA JANAINA MARINHO ESPINELI Secretária Municipal de Saúde CPF: 014.466.074-10
	PELO CONTRATADO



# **ANEXO III**

# MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º .......

O Município de Lagoa de Itaenga, Estado de Pernambuco, inscrito no CNPJ 11.097.250/0001-08, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Rua 21 de Abril, nº 01 - Centro - Lagoa de Itaenga - PE, CNPJ nº 11.464.118/0001-97, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde Flavia Janaina Marinho Spinelli, Brasileira, Casada, Enfermeira, residente e domiciliado na Av. Rádio Clube de Pernambuco, nº 1.087, Cajá - Carpina - PE, CPF nº 014.466.074-10, Carteira de Identidade nº 7112117 SDS/PE considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ....../200..., publicada no ...... de ...../..../200...., processo administrativo n.º ......., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ARP, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1.0. OBJETO:

1.1 <u>REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS E FARMÁCIA BÁSICA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE.</u>

# PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

1.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA: CNPJ nº

# 2.0. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S):

2.1. O órgão gerenciador será o Município de Lagoa de Itaenga, Estado de Pernambuco, por meio da Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ nº 11.097.250/0001-08. Órgãos Participantes: Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social, deste Município.

# **3.0.** ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.
  - 3.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- 3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.



- 3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a... (máximo cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao total do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
  - 3.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 P).
- 3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
- 3.7. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

#### **4.0.** VALIDADE DA ATA:

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

# **5.0.** REVISÃO E CANCELAMENTO:

- 5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- 5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
  - 5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.



- 5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
  - 5.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
  - 5.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
  - 5.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
  - 5.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
  - 5.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
  - 5.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
  - 5.9.1. Por razão de interesse público; ou
  - 5.9.2. A pedido do fornecedor.

## **6.0.** PENALIDADES:

- 6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
- 6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

# 7.0. CONDIÇÕES GERAIS:

- 7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.



- 7.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.
  - 7.3.1. Contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou
  - 7.3.2. Contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances
- 7.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.
- 7.5. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Lagoa de Itaenga/PE, XX de XXXX de 2021

Assinaturas
Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

#### ANEXO IV

## **MODELOS DE DECLARAÇÕES**

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00007/2021

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA DE ITAENGA

PROPONENTE CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF - Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93.

O proponente acima qualificado, sob penas da Lei e em acatamento ao disposto no Art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal, Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara não possuir em seu quadro de pessoal, funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho; podendo existir menores de quatorze anos na condição de aprendiz na forma da legislação vigente.

2.0 - DECLARAÇÃO de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito a participação na licitação.

Conforme exigência contida na Lei 8.666/93, Art. 32, §2º, o proponente acima qualificado, declara não haver, até a presente data, fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, não se encontrando em concordata ou estado falimentar, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores. Ressalta, ainda, não estar sofrendo penalidade de declaração de idoneidade no âmbito da administração Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, arcando civil e criminalmente pela presente afirmação.

3.0 - DECLARAÇÃO de submeter-se a todas as cláusulas e condições do correspondente instrumento convocatório.

O proponente acima qualificado declara ter conhecimento e aceitar todas as cláusulas do respectivo instrumento convocatório e submeter-se as condições nele estipuladas.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO:

AS DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE.

FOLHA 02/02

REF.: PREGÃO Eletrônico № 00007/2021 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA DE ITAENGA

PROPONENTE: CNPJ:

4.0 - DECLARAÇÃO de elaboração independente de proposta.

(identificação completa do representante do licitante), como representante devidamente constituído de (identificação completa do licitante ou do consórcio), doravante denominado (licitante/consórcio), para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº 00007/2021, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº 00007/2021 foi elaborada de maneira independente pelo licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta o indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 00007/2021, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico nº 00007/2021 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 00007/2021, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 00007/2021 quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº 00007/2021 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 00007/2021 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participação do Pregão Eletrônico nº 00007/2021 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, discutido ou recebido de qualquer integrante da Fundo Municipal de Saúde de Lagoa de Itaenga antes da abertura oficial das propostas; e
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e Data.

NOME/ASSINATIRA/CARGO Representante legal do proponente

OBSERVAÇÃO:

AS DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE.